

**LIBERALISMO OU LIBERALISMOS?
REFLEXÕES PARA UMA TRADUÇÃO SEMIÓTICA DO CONCEITO A PARTIR
DA LÍNGUA E DA REALIDADE DO BRASIL¹**

**LIBERALISM OR LIBERALISMS? REFLEXIONS FOR A SEMIOTIC TRANSLATION OF
THE CONCEPT FROM THE PERSPECTIVE OF BRAZILIAN LANGUAGE AND REALITY**

Ronaldo Ribeiro Ferreira²

Resumo

Entendendo o liberalismo também enquanto um signo ideológico (BAKHTIN, 2014), o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma possibilidade de leitura que ressalte as especificidades do liberalismo brasileiro. Para tanto, em um primeiro momento, propõe um tensionamento teórico entre a semiologia da cultura de Lotman (1996) e a filosofia da língua em Flusser (2021); em seguida, coteja estas reflexões com uma releitura de consagrada historiografia sobre a formação social brasileira. À guisa de conclusão apresenta como resultado a necessidade de distinção entre os vários tipos de liberalismo haja visto que para cada contexto social a ideologia possui um significado discursivo, bem como um projeto de poder a ele associado.

Palavras-chave: Semiologia da Cultura. Linguagem. Língua e Realidade. Vilém Flusser. Liberalismo.

Abstract

From the starting point that liberalism can be understood as an ideological symbol (as in Bakhtin, 2014), this paper aims to introduce a perspective that underline the specific features of Brazilian liberalism. To do so, in first place, it propose a dialogue between Lotman (1996) semiology of culture and Flusser (2021) philosophy of language; then, compare this theoretical reflections with established literature about Brazilian social formation. As a conclusion, the paper stress the importance to distinguish the meanings and the kinds of liberalism accordingly with each specific social context.

Keywords: Semiology of Culture. Language. Language and Reality. Vilém Flusser. Liberalism.

1 – Introdução

Enquanto o capitalismo se constituía e com ele a ideologia do novo tempo, o liberalismo, produzia em um “cantinho do mundo” uma sociedade alicerçada nos direitos civis e liberdades individuais inalienáveis ao indivíduo sob a forma da representação política

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 10 (Tem a Escrita Futuro?), do VII ComCult, Faculdade de Comunicação da FAAP - Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo – Brasil, 13 a 17 de setembro de 2018.

² Doutorando em Comunicação e Práticas de Consumo – PPGCOM/ESPM. Professor Do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. email: ronaldo.ribeiro@gmail.com.

moderna, um dos núcleos do paradigma racionalista (Habermas, 1998). Ao mesmo tempo, em busca da extração de lucros extraordinários obtidos por uma mão de obra não remunerada, desumanizava e encarcerava sujeitos e buscava no extermínio em massa dos povos pré-colombianos a propriedade de vastas extensões territoriais – muitas vezes de ecossistemas inteiros – transformados em campos de monocultura tropical. Se de um dos lados do Atlântico advogava pelo fim das intervenções do Estado nos mecanismos autorreguladores do mercado, do outro lado utilizava-se deste mesmo poder como instrumento de manutenção de privilégios e lucros extraordinários. Assim, desde sua origem, a ideologia liberal pode tanto ser entendida enquanto um instrumento de formação de uma sociedade avançada e próspera quanto pode, ao mesmo tempo, vir a ser aquele elemento a dificultar o pleno desenvolvimento de uma coletividade.

Sob esse contexto, como é possível representar sob o mesmo signo linguístico, sob a mesma palavra, um tipo de pensamento que desde a origem produz representações e práticas sociais tão díspares?

Em Bakhtin (2014), entendemos que a palavra é um signo ideológico puro. Essa pureza, no entanto, se perde na medida em que o significado ideológico desse signo está associado a um acordo social realizado dentro de um grupo de sujeitos que compartilham uma base material comum. Assim, um signo ideológico está necessariamente condicionado a sociabilidade específica onde ele surge, afinal ali ele representa um objeto. Um exemplo está na significação do pão e do vinho na simbologia cristã: apenas aqueles que compartilham desta fé são capazes de compreender seu significado simbólico.

Se estendermos essa lição para o signo ideológico representado pela palavra “liberalismo” podemos reformular o problema posto até aqui – suas duas faces constituintes – em termos mais precisos: como as especificidades sógnicas da ideologia liberal no Brasil podem ser pensadas a partir de uma abordagem epistemológica que valorize os condicionantes históricos da nossa formação cultural bem como as dinâmicas da nossa língua?

Posto de outro modo, no que nos toca enquanto ex-colônia, como as especificidades discursivas do liberalismo brasileiro podem ser pensadas a partir de uma abordagem teórica que valorize os condicionantes socioculturais da nossa formação social refletidas no modo

que esta ideologia nos foi apropriada (e continuamente reproduzida) na língua portuguesa falada no Brasil?

A partir dessa problematização inicial, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a hipótese de que tais distinções podem ser melhor compreendidas se ancoradas em uma perspectiva que articule tanto as contribuições da semiologia da cultura de Lotman (1996) quanto aquelas originárias da culturologia filosófica de Flusser (2021).

Para atingir esse objetivo, o trabalho está estruturado em três partes além dessa breve introdução. Na primeira, constrói-se o referencial teórico da análise. Aqui está proposta uma reflexão sobre os determinantes socioculturais das significações semióticas e linguísticas que se articulam na construção da cultura, linguagem e enfim, da própria realidade. Na segunda parte, destaca-se a formação sociocultural brasileira em perspectiva histórica, com ênfase ao modo como a ideologia liberal é introduzida e continuamente reproduzida na sociedade a partir de então. Por fim, à guisa de conclusão, destaca as possibilidades interpretativas que podem advir da compreensão das especificidades das representações discursivas do liberalismo a partir do nosso repertório cultural social e historicamente construído.

2 – Referencial Teórico

Fundador da Escola de Semiologia de Tartu-Moscú, Iuri Lotman concentrou suas pesquisas na intersecção entre a linguística e a semiótica, especialmente a partir da crítica tanto ao pensamento do americano Charles Peirce quanto na do francês Ferdinand de Saussure. O conceito de semiosfera, elaborado por Lotman no início dos anos 1980 parte exatamente da tentativa de superar essas perspectivas a partir de um enfoque orgânico.

O conceito de semiosfera de Lotman é pensado em analogia à biosfera, do geoquímico russo Vernadski. Para este autor, a biosfera constitui-se da fina camada que permite o desenvolvimento de todo o conjunto dos organismos vivos e que envolve todo o globo terrestre. Na biosfera, portanto, estão reunidos desde o menor organismo unicelular até as formas de vida mais complexas como o ser humano e na interrelação orgânica entre todos estes organismos, a própria vida se mantém através da transformação e conservação de energia.

De forma similar³, “também nas questões da semiótica é possível um enfoque análogo. Se pode considerar o universo semiótico como um conjunto de distintos textos e de linguagens fechados um em relação aos outros. Então, todo o edifício teórico aparecerá como se constituído de distintos ladrilhos” (LOTMAN, 1996, p. 12). Ou seja, a semiosfera é um espaço que reúne todos os signos, textos e códigos que permitem a existência do processo semiótico. Logo, é apenas na semiosfera que o processo de comunicação e elaboração de uma nova informação é possível.

Da noção de espaço semiótico, supõe-se que a semiosfera seja um ambiente delimitado. Logo, possui uma fronteira: para além desta, estão ou outras semiosferas ou o espaço não semiótico. A existência de uma fronteira leva a dois desdobramentos: em primeiro lugar, o fato de que há algum nível de organização interna em cada semiosfera; em segundo lugar, a fronteira, zona de contato, caracteriza-se enquanto um mecanismo de troca entre aquilo que está dentro e o que está fora.

No que se refere à organização interna, toda semiosfera é um espaço tanto homogêneo quanto heterogêneo. Enquanto espaço homogêneo a semiosfera contém textos que em alguma medida estabelecem diálogos entre si; são textos que compõem uma mesma cultura e, portanto, são mutuamente compreendidos por todos aqueles que compartilham do mesmo espaço semiótico. Já na qualidade de espaço heterogêneo, uma semiosfera deve conter também outras linguagens e expressões culturais que não são necessariamente apropriadas; essas linguagens paralelas são importantes inclusive enquanto repositório de novas conexões semióticas disponíveis para apropriação pela linguagem na cultura hegemônica.

A partir dessa caracterização interna da semiosfera, a relevância da fronteira se potencializa: enquanto espaço de troca entre diferentes textos em diversos contextos semióticos, ela se torna também espaço de tradução e de filtragem (LOTMAN, 1996).

De tal modo que as regiões fronteiriças são, por sua própria função, espaços semióticos mais diversos do que as regiões nucleares. É na fronteira que a imposição da tradução e filtragem de signos permite tanto a apropriação de novos elementos, quanto a ressignificação

³ No original “también en las cuestiones de la semiótica es posible un enfoque análogo. Se puede considerar el universo semiótico como un conjunto de distintos textos y de lenguajes cerrados unos con respecto a los otros. Entonces todo el edificio tendrá el aspecto de estar constituido de distintos ladrillitos”.

de outros⁴. Por outro lado, no centro de uma semiosfera estão aqueles textos e códigos já consolidados, menos dinâmicos. Desta forma, a organização interna de uma semiosfera obedece os princípios de um sistema periferia-centro, ou ainda, hoje (o novo) e ontem (o passado).

Portanto, a organização interna da semiosfera é marcada por uma irregularidade semiótica, impulsionada pela heterogeneidade entre seu centro e sua zona de fronteira, que se desenvolvem em diferentes velocidades. Desta forma, os textos que compõem o núcleo tendem a se relacionar mais entre si do que com aqueles que estão na região de fronteira. Mas quando essa interação ocorre, isto se dá de forma isomórfica, ou seja, cria-se uma “avalanche de novos textos” cada um contendo necessariamente uma parte do elemento nuclear que lhe deu origem (LOTMAN, 1996).

Cabe notar que a categorização dos conceitos de fronteira, centro e periferia dependem da posição relativa do observador na semiosfera. Se este se encontra na periferia semiosférica, tenderá a ter menos contato com os textos produzidos no centro que, para ele, serão menos significativos. O oposto ocorreria caso estivesse na zona central. Assim, o diálogo entre textos centrais e textos periféricos pode ser compreendido por duas perspectivas: a partir da periferia, esses textos cedem seu dinamismo as estruturas nucleares da semiosfera e na produção de novos textos criam formas originais de representação semiótica; a partir do centro, esses textos assimilam os novos elementos assegurando, ao menos em parte, a reprodução de significações já estabelecidas. De um lado, há possibilidade do novo, de outro há manutenção do mesmo. A posição do observador também é relevante se pensada em relação à fronteira: se o observador está dentro do espaço, se considera civilizado, culto; se não, é o bárbaro, estrangeiro. Sob essa perspectiva, a fronteira pode ser um espaço de confronto, de choque (MACHADO, 2016).

Língua e Realidade, publicado originalmente em 1963, é o primeiro livro do intelectual tcheco naturalizado brasileiro Vilém Flusser. Estabelece e aprofunda as reflexões adiantadas em artigo anteriormente publicado na Revista Brasileira de Filosofia no ano anterior intitulado “Ensaio para um estudo do significado ontológico da língua”. Este título sinaliza o objetivo da

⁴ Apropriação de signos pertencentes à outras semiosferas. Ressignificação a partir da necessidade de tradução de novos signos, ou seja, a busca de equivalentes internos, utilizados de uma maneira diversa da original.

obra – e para Ferreira (2018), o próprio veio condutor de todo pensamento flusseriano – ancorar os estudos sobre a linguagem e sua dinâmica cultural a partir de uma perspectiva ontológica.

O argumento central do livro é que inicialmente a língua pode ser entendida como uma ferramenta do qual o intelecto utiliza-se para transformar os dados brutos de uma exterioridade caótica captada pelos sentidos em um cosmos ordenado, inteligível. A passagem do universo do caos para um espaço ordenado pelo intelecto, ou seja, a construção da realidade, só pode se dar pela e na linguagem.

Aqui, se por um lado, a realidade deixa de ser um todo absoluto para relativiza-se em relação à linguagem, de outro lado, a realidade só pode existir a partir da afirmação da inteligibilidade do sujeito. Mais além, a tese de Flusser funda a realidade em uma determinada relação entre sujeitos com intelectos desenvolvidos e comunicação estabelecida. Assim, mais do que instrumento, a língua é a própria essência da vida em sociedade.

Se é pela linguagem que a aparência do mundo exterior se desnuda no intelecto do homem, então a existência de diferentes linguagens implica necessariamente na existência de múltiplas realidades. Novamente, há um jogo duplo aqui: ao mesmo tempo em que as especificidades de uma língua refletem-se nas particularidades da realidade para o grupo dos falantes desta, de outro, por meio da tradução abre-se a possibilidade para que tais realidades distintas possam tornar-se mutuamente perceptíveis.

O saltar de uma língua em direção à outra, não é, no entanto, um procedimento simples, haja visto que cada língua guarda em si estruturas ontológicas próprias que não são necessariamente conversíveis para todas as demais. Portanto, traduzir é procurar encontrar na língua de destino um parentesco ontológico com a língua de origem e este objetivo nem sempre é possível.

Flusser entende que as línguas orientais por exemplo, partilham de uma estrutura tanto etimológica quanto ontológica intraduzível ao intelecto de um ocidental falante de uma língua flexional. O conjunto das línguas flexionais, a despeito de suas particularidades de cada elemento deste grupo, são aquelas em que “podemos distinguir nela um centro (o sujeito), um processo que o centro irradia (o predicado), e um horizonte em direção ao qual o processo é irradiado (o objeto)” (FLUSSER, 2021, p. 60).

As línguas que pertencem ao grupo das flexionais são sistemas abertos: assimilam, digerem ou integram corpos estranhos umas das outras em continuo relacionamento. Aqui, o políglotismo e a tradução conseguem ampliar e alterar a apreensão da realidade naqueles que participam dessa conversa.

Flusser (2021) propõe então um exercício analítico entre quatro línguas flexionais (o inglês, o alemão, o português e o tcheco) na tentativa de explicitar a estrutura ontológica destas a partir do enquadramento em cada uma destas línguas de sete categorias caras à filosofia ocidental (o tempo, a subjetividade/objetividade, a substância, a unidade/multiplicidade, a causalidade, o ser e a potencialidade). Em síntese, o resultado da digressão aponta para duas conclusões fundamentais: em primeiro lugar, existem particularidades no modo como cada língua aborda determina categoria. Este filão permite ao autor afirmar que as categorias da razão kantiana, ao contrário de seu pretensão universalismo, são, na verdade, determinadas pela estrutura da língua alemã de século XVIII. O corolário que se segue é que para além das forma verbal e escrita, a língua exterioriza-se enquanto produto do intelecto para a música, as artes plásticas, para todos os símbolos. Nesse nível de abstração, *“a língua exteriorizada, isto é, civilização (inclusive a civilização material), é realidade ultrapassada”* (Flusser, 2021, p. 246 itálicos no original).

Outrossim, e de certa forma a partir desta primeira conclusão, Flusser propõe a língua portuguesa como método de investigação. Como apontam Miguel Júnior e Capela (2016), trata-se de reafirmar um posicionamento já existente no ensaio do ano anterior, de que a filosofia no Brasil precisava de “portuguezidade”, ou seja, maior ênfase àqueles conceitos que não podem simplesmente ser traduzidos de outras línguas mas que devem ser pensados a partir da nossa própria perspectiva.

A adoção da “portuguezidade” inseriria a filosofia produzida em língua portuguesa no circuito definido por Flusser como o da conversação, aquele em que “se expande o território da realidade e submete-lhe novas regiões de relações antes não estabelecidas” (Flusser, 2021, p. 176). Para o autor, a plasticidade ontológica da língua portuguesa a deixa permeável a novas formas – criativas – de expressão de uma realidade singular através da tradução e uso dos signos de modo livre, diverso daquele inicialmente empregado em sua origem. Nesse

sentido, enquanto língua pouco engajada filosoficamente, está mais livre do que as demais para construir a sua civilização.

Diante da apresentação das duas contribuições, cabe agora, enquanto síntese, uma breve consideração sobre o modo como as duas perspectivas podem ser articuladas.

Enquanto Lotman (1996) preocupa-se em construir um modelo interpretativo sobre a dinâmica do processo semiótico a partir da interação complexa entre os elementos constituintes de um conjunto de textos e linguagens delimitados, em Flusser (2021) este mesmo processo é descrito em termos de processamento de dados brutos de uma realidade objetiva a partir da linguagem.

Em Lotman (1996) o espaço semiótico é homogêneo e a despeito disto, compreende em si uma hierarquia heterogênea: é um espaço organizado no universo das produções culturais, ou seja, possui limites, confins ou uma fronteira. Já em Flusser (2021), a língua enquanto atributo do gênero humano não distribui-se homogeneamente por toda a espécie, e isso permite que o desenvolvimento histórico de subgrupos de linguagens; internamente a cada subdivisão algum grau de relacionamento é possível, o que não se verifica para fora destes limites.

Seja enquanto espaço semiótico delimitado ou enquanto uma língua específica, para ambos os autores a interação para além da língua/para além da semiosfera é uma possibilidade “da fronteira”, ou seja, do espaço poroso de intersecção entre dois sistemas semióticos e/ou linguísticos distintos. Igualmente para os dois autores, essa maleabilidade da região de fronteira imprime a esta um dinamismo que a partir daí se estende para o interior do conjunto: em Lotman (1996) originando novas semioses; em Flusser (2021) ampliando a conversação.

A transição de signos e significados entre as fronteiras, tanto em Flusser (2021) quanto em Lotman (1996) recebe o nome de tradução e está depende diretamente da posição relativa de um sujeito ativo no sistema: para Flusser, o sujeito poliglota é aquele que é capaz de ultrapassar os limites que a sua linguagem nativa impõe à sua compreensão de mundo; em Lotman é o sujeito da fronteira que em contato com a realidade exterior vislumbra a possibilidade de traduzi-la, incorporando-a ao conjunto de textos compreensível em sua semiosfera.

Exatamente por isto é que pode-se afirmar que para ambos os autores a realidade é um dado objetivo externo ao sujeito, ainda que relativo. Isto porque a compreensão e significação desta depende, seja em termos da semiosfera de Lotman ou na filosofia de Flusser, do contexto linguístico-cultural que produziu tanto uma interpretação sobre este dado da realidade quanto o sujeito cognoscente que se apropria deste repertório semiológico.

Em síntese, pode-se afirmar que as contribuições de Lotman (1996) e Flusser (2021) possuem convergências significativas, ainda que seu objetivo finalístico seja diverso. A partir desta perspectiva, a próxima sessão procurar repensar, a partir da revisita a historiografia clássica sobre a formação social brasileira os sentidos e significados do liberalismo – signo ideológico e ideologia da modernidade burguesa – em solo brasileiro.

3 – A Formação do Liberalismo Brasileiro em Perspectiva Histórica

Em busca das justificativas históricas que guiaram o processo de colonização, Prado Junior (2012) entende que esta assentou-se sob o tripé monopólio comercial, monocultura agrícola e mão de obra escrava, visando criar uma economia acessória e complementar àquela da metrópole, garantindo assim a acumulação de lucros em escala ampliada. É sob essa leitura que se explicam os desconexos ciclos econômicos, e o fato destes estarem sempre ligados à exploração de recursos naturais (Pau-Brasil, Cana de Açúcar e Ouro), não transferindo para a colônia nenhum tipo de dinamismo econômico-social.

Já para Fragoso e Florentino (2001), a partir do início do século XVIII a sociedade brasileira passa a se organizar com crescente grau de autonomia em relação à metrópole, o que permitiu a consolidação de uma elite residente. No entanto, a atenção desta elite continua a ser direcionada para as formas tradicionais de acumulação de capital mercantil a partir dos limites impostos pelo mercado interno – produção de alimentos e tráfico de escravos – , por uma estrutura social altamente estratificada – em cujo topo da pirâmide encontravam-se os proprietários de terra, seguido abaixo pelos pequenos comerciantes das cidade e, abaixo destes, pelos trabalhadores livres⁵ – e por uma prática política baseada no privilégio, no patrimonialismo e na extensa troca de favores entre os três tipos sociais acima descritos. Desta

⁵ Obviamente estão excluídos dessa “sociedade” a enorme massa de indivíduos negros escravizados e indígenas livres e cativos.

forma, para os autores, assim que a elite local conseguiu constituir-se de maneira minimamente livre das imposições do antigo regime colonial, acabou por optar pela manutenção das estruturas sociais construídas no passado, em uma clara opção por um projeto de desenvolvimento baseado no arcaísmo.

Em contraponto, o *zeitgeist* nos centros metropolitanos europeus era exatamente o oposto: em alguns países europeus, os ideais iluministas foram mais facilmente herdados na tradição liberal pois aí a universalidade destes princípios – do direito civil, das liberdades individuais, da liberdade de comércio e de exercício profissional – poderiam ser mais rapidamente apropriada pelas burguesias locais como arma teórica contra o absolutismo e os privilégios estamentais que marcaram o antigo regime. No universo colonial, essa luta foi inicialmente associada aos ideais independentistas. Assim, foram fortemente acolhidos por uma parcela das elites econômicas locais (os grandes proprietários de terra e senhores de escravo) que vislumbravam possibilidades políticas e econômicas com a saída da administração portuguesa mas não necessariamente com a alteração da estrutura social interna – afinal, era desta estrutura que sua condição política e social advinha (COSTA, 1999).

Com a maior circulação dos ideais liberais principalmente após a independência, o tensionamento entre o discurso e prática liberal no país, condicionada pela dinâmica acima descrita, tanto se acentua quanto se converte na sua resposta, sob a forma de um discurso distinto, mais apropriado à realidade local. Esse novo discurso articula a liberdade de acesso ao comércio internacional livre de qualquer resquício que ainda tenha resistido do exclusivismo monopolista do sistema colonial com a manutenção do regime de propriedade agrária na forma de latifúndios, do sistema de produção baseado no trabalho forçado e na concentração do poder político em oligarquias regionais que se mantiveram graças ao patrimonialismo de suas relações e no monopólio da violência e coerção em nível local⁶.

A interdição à participação cidadã na constituição do Estado, reforça as origens patrimonialistas e excludentes sobre a qual a sociabilidade brasileira se estrutura e permite à Faoro (1992), estabelecer a distinção entre modernidade e modernização. Enquanto a primeira “compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as

⁶ Talvez a maior referência sobre a formação da Guarda Nacional do Império (a partir de 1831) e as relações patrimonialistas que serão a gênese do fenômeno do coronelismo está em CASTRO, Jeanne Berrance. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais”, a modernização “chega à sociedade por meio de um grupo condutor que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes.” Assim “na modernização não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança” (FAORO, 1992, p.8).

Disto deduz-se que o “dilema democrático” não se limita a si mesmo, mas desdobra-se em uma modernização coercitivamente imposta sob bases conservadoras e, exatamente por isso, apenas em parte liberal.

A parte que mais se aproxima às reivindicações liberais clássicas são aquelas que lidam estritamente com os aspectos econômicos – ou economicistas – dessa ideologia: a liberdade comercial, a não intervenção estatal nos mercados e os direitos de propriedade⁷. Este tipo de abordagem economicista se destaca no pensamento liberal em função do contato com o pensamento político conservador não é uma exclusividade do liberalismo brasileiro. Conforme Merquior (2014), esse amálgama de ideologias em si conflitantes encontrará terreno fértil na América Latina pós-independência e merece ser nomeado: trata-se do liberismo⁸.

3 – À GUIA DE CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi apresentar uma possibilidade de leitura cultural e linguística sobre as especificidades do liberalismo brasileiro entendido enquanto um signo ideológico. Em conjunto, as reflexões proporcionadas a partir do tensionamento teórico entre os autores propostos permite apenas uma primeira aproximação à um objeto empírico complexo. Aliás, a tentativa de destacar suas características únicas tem por intenção exatamente complexificá-lo ao invés de desvelá-lo por completo. Por isso os pontos lançados são apenas introdutórios: ante encerrar todas as reflexões possíveis, procura-se aqui delinear de maneira mais explícita algumas destas considerações.

⁷ A tendência da sociedade brasileira em apegar-se mais aos direitos de propriedade, ao mesmo tempo que possui uma atitude bastante flexível em relação aos direitos civis, justificativa o discurso de que alguns (os proprietários) possuem mais direitos do que outros (os despossuídos). Ver mais em ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizados do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

⁸ O liberismo, no entanto, também não se limita à América Latina. Seus elementos constituintes, o conversadorismo político autoritário e a defesa do livre mercado, também aparecerão nas economias periféricas da Itália e Espanha na primeira metade do século XX (Merquior, 2014).

A primeira delas é um retorno à hipótese axiomática tomada de Bakhtin, que pode ser agora fundamentada. “Liberalismo”, enquanto um signo ideológico –representa um conjunto de valores axiológicos significativos para determinado grupo social que, em um certo momento da história, sob condições que lhe eram únicas, o nomeiam desta forma. No entanto, como todo signo ideológico, seu emprego extrapola esse uso exclusivo, posto que é dialógico. De modo que já aqui é simplista supor que haja apenas “um” liberalismo.

A existência de uma semiosfera, conforme Lotman, insere uma dinâmica ao processo de produção de significados e significações, na mesma medida em que o contextualiza com o repertório de códigos e normas sociais. A irregularidade semiótica que caracteriza este espaço organicamente heterogêneo permite que novas informações se produzam na medida em que tais signos são constantemente traduzidos e reapropriados, especialmente diante do contato com o outro, com o estrangeiro, com o diverso. A partir de Flusser, temos que a língua portuguesa, mesmo na Europa, construiu uma realidade distinta daquela executada por suas irmãs setentrionais: enquanto a língua alemã descortina a multiplicidade e a totalidade daquilo que pode vir a ser, a língua inglesa avista um mundo pragmático a partir de um sujeito eticamente ativo no presente; por sua vez, a língua portuguesa incorpora uma relação de causalidade existencialista no qual a potência futura é resultado do desenvolver daquilo que já existe. Aqui já está claro que todo “universalismo” de um projeto civilizacional só pode existir enquanto pretensão, ou seja, não necessariamente funda-se na realidade, posto que a materialidade das formações semiológicas e linguísticas são múltiplas.

O liberalismo, herdeiro do iluminismo, movimento cultural específico da sociedade europeia em determinado ponto de sua história, viaja nos porões dos navios que de lá zarparam em direção aos sete mares. Ao desembarcar em seu destino, no “novo mundo” ou em qualquer outro lugar, já não poderia ser singular, senão plural.

Ideologia de uma classe, com um projeto de poder nítido, transforma a velha Europa no baluarte da modernidade, na expressão máxima da realização da potencialidade humana. Isto, porque naquele contexto, e também sob o jogo de forças contra hegemônicas que ali surgiram, o domínio da classe burguesa só foi possível a partir do apelo a racionalidade, a impessoalidade, a individualidade, enfim a liberdade tomada em abstrato e aplicada “a todos”. Esse, nem de longe foi o contexto na América colonizada.

Obviamente não foi a natureza que produziu espontaneamente condições tão dispare, mas sim o próprio desenvolvimento hegemônico e violentamente imposto por um modo de produção que garantiu a acumulação de riquezas infinitas no norte, as custas da miséria insuperável do sul. É nesse contexto que os séculos de colonização e dependência produziram ambientes semióticos tão distintos que a tradução, seleção e ressignificação dos textos entre ambos constituiu um rico e dinâmico intercâmbio dialético e multidirecional de signos ideológicos.

Se no centro da semiosfera europeia o liberalismo e o conservadorismo se opunham, na semiosfera brasileira se coligavam; enquanto aqui a participação popular causava calafrios à elite dirigente, nos países centrais a democracia amalgamou-se de maneira tão umbilical ao pensamento liberal que ambos se tornaram um só; por lá, a modernidade significou uma revolução nas relações entre os indivíduos e seus dirigentes, reconfigurados na figura do Estado e do cidadão enquanto sujeito político; por aqui, a modernidade foi imposta de forma violenta e autoritária, reafirmando os privilégios daqueles que possuem mais direitos do que outros e silenciando a vasta maioria do povo.

Mas um aspecto deste relacionamento “na fronteira” deve ser enfatizado: ele não foi, em momento algum, autônomo. Desde o período inicial a relação de dependência e subordinação foi a tônica, de modo que o “transbordamento” de alguns signos e significados foi sempre intencional e, por si mesmo, violento. Estava embebido em uma certa racionalidade que privilegiava apenas sua estrutura eurocêntrica. Impôs essa forma de pensar, de comportar e agir mesmo que isso significasse a diminuição da cultura, e logo da humanidade, do outro, que desta forma pôde ser convertido apenas em produtor de mercadorias e fonte de lucro.

A brutalidade deste relacionamento, pode ser percebido na imposição da língua portuguesa pelo colonizador e, em consequência, na tentativa de reprodução de civilização que dela advinha. Entre a intencionalidade da reprodução e a execução da obra, ou seja, na tradução entre duas civilizações distantes não apenas na geografia, a ressignificação, a adaptação e a reativagem de signos e seus significados foi progressivamente construindo um novo mundo.

Somente em um ambiente semiótico tão distinto do inicial é que o liberalismo pode ser seccionado em dois – o liberalismo político e o liberalismo econômico –, e novamente

reunido, sob seu oposto, o conservadorismo. Sob essa nova significação, a anterior é apagada e uma episteme se constrói a partir desta referência. O sujeito que sob influência liberal se identifica no *slogan* “liberal na economia e conservador nos costumes” está reproduzindo em seu discurso uma certa vontade de verdade com nítidos matizes tropicais, que são, simultaneamente exclusivos à sua cultura e referenciados naquela que lhe é estrangeira.

É nesse grau de complexidade que o artigo propõe que o signo “liberalismo” deve ser abordado, ou seja, a partir de suas determinações semióticas e linguísticas ancoradas na formação e no repertório cultural da brasilidade. As consequências dessa interpretação apontam para a necessidade de ponderação no uso desse signo: o “nosso” liberalismo é distinto daquele construído em outros contextos semióticos e portanto, genericamente não pode ser comparado à outras ideologias que também são representadas por esse mesmo signo linguístico senão de modo estereotipado. Ainda que o estereótipo seja um processo mental de aproximação primeira à um algo que nós é estranho, também afasta o observador de seu objeto (BOSI, 2003). O discurso produzido a partir desse afastamento, como nos lembra Barthes (1989), engendra o erro.

As reflexões de Flusser (2021) nos lembram que a tradução de um signo ideológico não é tarefa simples e deve pautar-se para além dos elementos lexicais, sob a pena flertar com o grotesco. Ao mesmo tempo, apontam um caminho promissor e original: a valorização das especificidades ontológicas da nossa língua, que nessa quadra da história bem pode ser adjetivada como língua portuguesa do Brasil. A partir dela e atentos às particularidades da nossa formação sociocultural, é que se propõe que a conversação continue.

Referências

- Barthes, Roland (1989). **A Aula** (1ª edição). São Paulo: Cultrix.
- Bakhtin, Mikhail Mikhailovitch (2014). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais e do método sociológico da linguagem** (16ª edição). São Paulo: Hucitec.
- Bosi, Ecléa (2003). Entre a Opinião e o Estereótipo. IN: BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivido da Memória: ensaios de psicologia social** (1ª edição). São Paulo: Ateliê Editorial.
- Costa, Emília Viotti da (1999). **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. (6ª edição) São Paulo: Editora da Unesp.
- Faoro, Raymundo (1992). A Questão Nacional: a modernização. **Estudos Avançados**. n. 6. v. 14. p. 7-22. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/ea/a/zJHpyN6yLf6qyZpr8XVdv3r/?lang=pt> >. Acesso em 19/07/2021.
- Ferreira, Debora Pazetto. (2018). Vilém Flusser, um filósofo da linguagem brasileiro. **Trans/Form/Ação**, v. 41, n. 2, p. 37-54. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/trans/a/KYMGsfpNxxgqhFCZHFxSZDkv/abstract/?lang=pt> >. Acesso em 19/07/2021.
- Flusser, Vilém (2021). **Língua e Realidade** (1ª edição). São Paulo: É Realizações.
- Fragoso, João e Florentino, Manolo (2001). **O Arcaísmo Como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro c.1790 - c.1840**. (4ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Habermas, Jürgen (1998). **O Discurso Filosófico da Modernidade** (2ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lotman, Iuri (1996). **La Semiosfera I – Semiótica de la cultura e del texto** (1ª edição). Madrid: Edições Cátedra.
- Machado, Irene (2016). Fronteiras e Limites: encontro e choque de culturas no processo de crioulização semiótica. **Intexto**, n. 37, p. 58-75. Disponível em < <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/67434> >. Acesso em 19/05/2021.
- Merquior, José Guilherme (2014). **O Liberalismo: antigo e moderno** (3ª edição). São Paulo: É Realizações.
- Miguel Júnior, Rafael e Capela, Carlos Eduardo Schmidt (2016). Entre Língua e realidade: Vilém Flusser no reverso de uma urdidura estruturalista. **Revista Eco Pós**. V. 19, nº 1, p. 56-70. Disponível em < https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2907 >. Acesso em 19/07/2021.
- Prado Júnior, Caio. (2012). **História Econômica do Brasil** (43ª edição). São Paulo: Editora Brasiliense.